

EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA DO  
PARÁ S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA DO PARÁ S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A.  
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

#### Limitação nos saldos de abertura

Não examinamos, tampouco foram examinados por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Além disso, os exames adicionais desenvolvidos sobre os saldos iniciais decorrentes de uma primeira auditoria, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Ausência de confirmações externas de instituições financeiras, Assessores Jurídicos, fornecedores e partes relacionadas

Até a data de conclusão de nossos trabalhos, não recebemos a totalidade das confirmações externas dos saldos mantidos com as instituições financeiras, Assessores Jurídicos, fornecedores e partes relacionadas, não sendo possível a aplicação de procedimentos alternativos de auditoria. Como consequência, não foi possível concluirmos sobre a adequação dos saldos registrados nas Rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Fornecedores", "Empréstimos e financiamentos", bem como possíveis impactos nas demonstrações contábeis e efeitos tributários.

#### Limitação de alcance por ausência de documentação suporte

A Companhia, em 31 de dezembro de 2022, mantém registrado, nas Rubricas "Ativo de contrato", no ativo circulante e ativo não circulante, bem como em "Custos de construções, os montantes de R\$ 12.113 mil, R\$ 181.792 e R\$ 28.877 mil, respectivamente, sendo que para o montante de R\$ 17.854 não nos foram apresentados documentos que comprovem sua existência e realização. Adicionalmente, na Rubrica "Fornecedores", no passivo circulante no montante de R\$ 8.170 mil, o montante de R\$ 1.248 também não nos foram apresentadas as devidas evidências que comprovem sua mensuração. Como consequência, não foi possível concluirmos sobre a adequação do saldo registrado nas Rubricas "Ativo de contrato", no ativo circulante e ativo não circulante, "Fornecedores", no passivo circulante e "Custos de construção", no resultado do exercício, bem como os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações relevantes com partes relacionadas envolvendo, principalmente, transações de fornecedores. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e tais partes relacionadas, que podem não terem sido pactuadas em condições usuais de mercado. Portanto, as informações contábeis acima referida devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 31 de janeiro de 2024.

## ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)	01.01.2021 (Reapresentado)	Passivo	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)	01.01.2021 (Reapresentado)
<b>Ativo circulante</b>					<b>Passivo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	10.930	3.068	Fornecedores	10	8.170	15.414	3.276
Adiantamentos à fornecedores	5	-	8.666	4.478	Empréstimos e financiamentos	11	5.588	5.315	9.837
Impostos a recuperar	6	1	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas		16	-	-
Investimentos de curto prazo		503	120	-	Impostos correntes a pagar	12	61	63	844
Despesas pagas antecipadamente	7	497	679	317	Tributos diferidos	13	815	-	-
Ativo de contrato da concessão	8	12.113	-	-	Dividendos a pagar		3.784	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>13.118</b>	<b>20.395</b>	<b>7.863</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>18.434</b>	<b>20.792</b>	<b>13.957</b>
<b>Ativo não circulante</b>					<b>Passivo não circulante</b>				
Depósito judiciais e cauções	9	2	-	-	Empréstimos e financiamentos	11	81.495	82.824	-
Intangível		16	16	-	Tributos diferidos	13	12.235	9.619	2.187
Ativo de contrato da concessão	8	181.792	142.925	32.502	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>93.730</b>	<b>92.443</b>	<b>2.187</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>181.810</b>	<b>142.941</b>	<b>32.502</b>	<b>Patrimônio líquido</b>				
					Capital social	14.1	40.000	40.000	24.508
					Adiantamento para futuro aumento de capital	14.2	30.598	10.470	-
					Reserva de lucros	14.3	12.166	(369)	(287)
					<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>82.764</b>	<b>50.101</b>	<b>24.221</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>194.928</b>	<b>163.336</b>	<b>40.365</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>194.928</b>	<b>163.336</b>	<b>40.365</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

## Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)	01.01.2021 (Reapresentado)
Receita de remuneração ativo de contrato		21.720	9.939	1.490
Receita de construção		29.260	100.484	21.919
Tributos sobre a receita		(1.861)	(4.030)	(854)
<b>Receita operacional líquida</b>	15	<b>49.119</b>	<b>106.393</b>	<b>22.555</b>
Custos de construção	16	(28.877)	(99.171)	(21.633)
<b>Lucro bruto</b>		<b>20.242</b>	<b>7.222</b>	<b>922</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				
Remuneração do pessoal		(25)	(729)	(664)
Serviços de terceiros		(125)	(133)	-
Tributos		(78)	-	-
Outras receitas e despesas operacionais		(14)	(51)	-
<b>Total das despesas gerais e administrativas</b>	16	<b>(242)</b>	<b>(913)</b>	<b>(664)</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos</b>		<b>20.000</b>	<b>6.309</b>	<b>258</b>
Receitas financeiras		4	-	-
Despesas financeiras		(2.114)	(2.990)	(267)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	17	<b>(2.110)</b>	<b>(2.990)</b>	<b>(267)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>17.890</b>	<b>3.319</b>	<b>(9)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.1	(1)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	(1.570)	(3.401)	(721)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>16.319</b>	<b>(82)</b>	<b>(730)</b>
<b>Resultado por ação</b>	19	<b>0,4080</b>	<b>(0,0021)</b>	<b>(0,0298)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

## Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>16.319</u>	<u>(82)</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u><u>16.319</u></u></b>	<b><u><u>(82)</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>24.508</b>	-	-	-	<b>(3.046)</b>	<b>21.462</b>
Ajuste de exercícios anteriores	2.2	-	-	-	-	2.759	2.759
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)</b>		<b>24.508</b>	-	-	-	<b>(287)</b>	<b>24.221</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	10.470	-	-	-	10.470
Integralização de capital		15.492	-	-	-	-	15.492
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(82)	(82)
							-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)</b>	14	<b>40.000</b>	<b>10.470</b>	-	-	<b>(369)</b>	<b>50.101</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	20.128	-	-	-	20.128
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	16.319	16.319
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-	-
Constituição reserva legal		-	-	816	-	(816)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	(3.784)	-	(3.784)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	-	15.134	(15.134)	-
							-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	14	<b>40.000</b>	<b>30.598</b>	<b>816</b>	<b>11.350</b>	-	<b>82.764</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	<u>16.319</u>	<u>(82)</u>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Impostos diferidos	<u>3.431</u>	<u>7.432</u>
	<b>3.431</b>	<b>7.432</b>
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>		
Ativo de contrato	(50.980)	(110.423)
Impostos a recuperar	(1)	-
Cauções e Depósitos Judiciais	(2)	-
Almoxarifado Operacional	8.666	(4.188)
Despesas pagas antecipadamente	<u>182</u>	<u>(362)</u>
	<b>(42.135)</b>	<b>(114.973)</b>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>		
Fornecedores	(7.244)	12.138
Obrigações fiscais	(2)	(781)
Obrigações sociais e trabalhistas	<u>16</u>	<u>-</u>
	<b>(7.230)</b>	<b>11.357</b>
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<u><b>(29.615)</b></u>	<u><b>(96.266)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Investimentos de curto prazo	(383)	(120)
Bens e direitos para uso futuro	-	(16)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<u><b>(383)</b></u>	<u><b>(136)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Integralização de Capital	-	15.492
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.128	10.470
Captação de empréstimos	-	87.692
Pagamento de principal e juros de principal	(1.056)	563
Liquidações empréstimos	<u>-</u>	<u>(9.953)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<u><b>19.072</b></u>	<u><b>104.264</b></u>
<b>Redução/(Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(10.926)</b></u>	<u><b>7.862</b></u>
<b>Demonstrações da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	10.930	3.068
No fim do exercício	<u>4</u>	<u>10.930</u>
<b>Redução/(Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(10.926)</b></u>	<u><b>7.862</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**1. Informações gerais**

**1.1. Contexto operacional**

A ETEPA – Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A (“Companhia”), constituída em 22 de maio de 2017, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção de Linha de Transmissão de Energia Elétrica decorrente do Contrato de Concessão do Lote 33 do Leilão 05/2016 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, suas respectivas instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica de Rede Básica e Sistema Interligado e suas ampliações.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão localizadas no Estado do Pará.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n° 1756, na Cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso e consta em sua composição acionária Athivalog Logística Ltda e Disbenop Distribuidora de Bebidas Ltda.

<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>Valor</b>	<b>% Capital</b>
Athivalog Logística Ltda	16.000.000	16.000	40
Disbenop Distribuidora de Bebidas Ltda	24.000.000	24.000	60
	<b>40.000.000</b>	<b>40.000</b>	<b>100</b>

**1.2. Da Concessão**

No dia 13 de setembro de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 50/2017 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente,

O projeto da Companhia consiste em implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão de energia:

- i. LT 230 KV Vila do Conde - Tome Açú com 125 km;
- ii. SE 230/138 kV Tomé-Açu - 2 x 100 MVA e
- iii. Trecho de LT da SE Tomé-Açu ao Seccionamento da LT 230kV Vila do Conde - Miltônia 3.

A partir de sua entrada em operação, a Companhia terá uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 20.500 (sem o efeito do PIS / COFINS, que serão acrescidos posteriormente), conforme o Contrato de Concessão, sendo esta, reajustada anualmente em períodos definidos como ciclos, através de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

O Contrato de Concessão exige sua entrada em operação comercial em 11 de agosto de 2021, porém a Companhia estima a finalização da construção e consequente entrada em operação em abril de 2023.

A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto deste contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1. Declaração de conformidades**

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações.

### **2.2. Reapresentação dos valores correspondentes**

A Companhia identificou reclassificações e equalizações de práticas contábeis aplicáveis às informações relativas aos períodos anteriores, bem como revisou as premissas utilizadas para cálculo do seu ativo de contrato de concessão conforme orientação da CVM através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, que forneceu orientações quanto a aspectos relevantes do CPC 47 (IFRS 15) e do CPC 48 (IFRS 9) para as companhias transmissoras de energia elétrica principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; e (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão.

## ETEPA – Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação ao seu ativo de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre a margem e taxa de remuneração do projeto (taxa implícita). Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Companhia apurou os impactos e reapresentou cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira de períodos anteriores, da seguinte forma:

Balço Patrimonial	01/01/2021 (Publicado)	Ajustes	01/01/2021 (Reapresentado)	31/12/2021 (Publicado)	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
<b>Ativos</b>						
<u>Ativos não circulantes</u>						
Ativo de contrato	-	32.502	32.502	-	110.425	142.925
Imobilizado	27.555	(27.555)	-	119.693	(119.693)	-
<b>Passivos</b>						
<u>Passivos circulantes</u>						
Empréstimos e Financiamentos	9.837	-	9.837	-	5.315	5.315
<u>Passivos não circulantes</u>						
Tributos diferidos	-	2.187	2.187	-	7.432	9.619
<b>Patrimônio líquido</b>						
Prejuízos acumulados	(3.046)	2.759	(287)	(13.534)	(13.165)	(369)

Os efeitos destes ajustes na demonstração do resultado e do resultado abrangente são como segue:

Demonstração do resultado	31/12/2021 (Publicado)	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita de remuneração do ativo de contrato	1.490	8.449	9.939
Receita de construção	21.919	78.565	100.484
(-) Tributos sobre a receita	(854)	(3.176)	(4.030)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>22.555</b>	<b>83.838</b>	<b>106.393</b>
Custo de construção	(21.633)	(77.538)	(99.171)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>922</b>	<b>6.300</b>	<b>7.222</b>
Despesas operacionais e administrativas	(664)	(249)	(913)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos</b>	<b>258</b>	<b>6.051</b>	<b>6.309</b>
Resultado financeiro líquido	(267)	(2.723)	(2.990)
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>	<b>(9)</b>	<b>3.328</b>	<b>3.319</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(721)	(2.680)	(3.401)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(730)</b>	<b>648</b>	<b>(82)</b>
<hr/>			
Demonstração do resultado abrangente	31/12/2021 (Publicado)	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(730)</b>	<b>648</b>	<b>(82)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>(730)</b>	<b>648</b>	<b>(82)</b>

## ETEPA – Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os efeitos destes ajustes na demonstração das mutações do patrimônio líquido são como segue:

<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>31/12/2021 (Publicado)</b>	<b>Ajustes</b>	<b>31/12/2021 (Reapresentado)</b>
Saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021	21.462	2.759	24.221
Resultado líquido do exercício	(730)	648	(82)
Outras linhas	3.489	22.473	25.962
<b>Total do Patrimônio Líquido em 31/12/2021</b>	<b>24.221</b>	<b>25.880</b>	<b>50.101</b>

Os efeitos destes ajustes na demonstração do fluxo de caixa são como segue:

<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>31/12/2021 (Publicado)</b>	<b>Ajustes</b>	<b>31/12/2021 (Reapresentado)</b>
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>	<b>(730)</b>	<b>648</b>	<b>(82)</b>
Ajustes para:			
Impostos diferidos	-	7.432	7.432
Ativo de contrato de concessão	-	(110.424)	(110.423)
Outros itens não afetados	6.807	-	6.807
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(6.077)</b>	<b>(102.343)</b>	<b>(96.266)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	(92.138)	92.138	-
Outros itens não afetados	(136)	-	(136)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>(92.274)</b>	<b>92.138</b>	<b>(136)</b>
Empréstimos e financiamentos	77.854	448	78.302
Outros itens não afetados	16.205	9.757	25.962
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento</b>	<b>94.059</b>	<b>10.205</b>	<b>104.264</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.862</b>	<b>-</b>	<b>7.862</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	3.068	-	3.068
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	10.930	-	10.930
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.862</b>	<b>-</b>	<b>7.862</b>

### 2.3. Data de aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de janeiro de 2024.

### 2.4. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, salvo quando indicado de outra forma.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

**2.6. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatória, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

**a. Contabilização de contratos de concessão**

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

**b. Reconhecimento do ativo de contrato**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

**c. Determinação da taxa efetiva de juros do Ativo de contrato**

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 17,10 % a.a.

**d. Determinação da margem de lucro**

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**Margem de construção**

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade do projeto, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, também na entrada em operação do projeto, e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

**Margem de operação**

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de preço/receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

**e. Impostos, contribuições e tributos**

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

**2.7. Demonstrações Contábeis Regulatórias**

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações contábeis para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações contábeis societárias.

**3. Principais Políticas Contábeis**

**3.1. Receita operacional**

- Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

- **Receita de infraestrutura**

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- **Receita de remuneração ativo de concessão**

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

- **Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

### **3.2. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

***i. Ativos financeiros***

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

*Custo amortizado*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

***ii. Passivos financeiros***

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

**3.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**3.4. Ativo de contrato**

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

**3.5. Despesas antecipadas**

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

**3.6. Demais ativos circulante e não circulante**

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

**3.7. Passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**3.8. Impostos e contribuições**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda – base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**3.9. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)**

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

**3.10. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

**3.11. Resultado por ação**

O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)**

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de recursos financeiros.

**3.13. Normas e interpretações novas e revisadas**

**Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2022**

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

<b>Norma ou interpretação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</b>
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis.

**Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis**

<b>Norma ou interpretação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</b>
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações contábeis. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

## ETEPA – Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos	4	10.930
<b>Total</b>	<b><u>4</u></b>	<b><u>10.930</u></b>

Caixa e equivalentes de caixa são depósitos bancários à vista. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía aplicações financeiras de curto prazo.

#### 5. Adiantamentos à fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Reapresentado)
Adiantamentos à fornecedores	-	8.666
	-	8.666

Os saldos contábeis de 31 de dezembro de 2021 tratavam-se de adiantamentos à fornecedores da obra que foi alocada para o custo durante o exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 não há saldos de adiantamentos à fornecedores.

#### 6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IR e CSLL	1	-
	1	-

#### 7. Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmio de seguros	15	196
Despesas com fiança bancária pagas antecipadamente	482	483
	<b><u>497</u></b>	<b><u>679</u></b>

Os saldos de despesas com fiança bancária serão apropriados nos próximos 12 meses.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**8. Ativo de contrato da concessão**

	Saldo ativo de contrato em 01/01/2021 (Reapresentado)	Remuneração pela construção do ativo de concessão (+)	Remuneração do ativo contrato (+)	Amortização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021 (Reapresentado)
<b>Ativo de contrato</b>	<b>32.502</b>	<b>100.484</b>	<b>9.939</b>	<b>-</b>	<b>142.925</b>
Circulante	-				-
Não circulante	32.502				142.925

  

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021 (Reapresentado)	Remuneração pela construção do ativo de concessão (+)	Remuneração do ativo contrato (+)	Amortização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022
<b>Ativo de contrato</b>	<b>142.925</b>	<b>29.260</b>	<b>21.720</b>	<b>-</b>	<b>193.905</b>
Circulante	-				12.113
Não circulante	142.925				181.792

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão e estão classificadas como custo amortizado.

Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura – Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura, reajustado e revisado anualmente

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

Estrutura de formação da RAP - A Companhia será remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

**9. Depósitos judiciais e cauções**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caução de Aluguel	<u>2</u>	<u>-</u>
	<u>2</u>	<u>-</u>

Em 04 de outubro de 2022, foi firmado Contrato de Locação de Imóvel, entre a Companhia e José Aduino de Souza. Foi depositado a caução do valor de um aluguel a ser abatido na última parcela do contrato.

**10. Fornecedores**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores Materiais e Serviços	<u>8.170</u>	<u>15.414</u>
	<u>8.170</u>	<u>15.414</u>

Referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até 1 ano da data de encerramento do balanço. Não operamos com risco sacado.

**11. Empréstimos e Financiamentos**

A Companhia celebrou em 31 de dezembro de 2019 o contrato de financiamento com o Banco da Amazônia S/A, na modalidade FNO com um crédito no montante de R\$ 87.692.525 para ser utilizado na construção da linha de transmissão de energia elétrica objeto da concessão mencionada na nota explicativa nº 1. Em 2021 foi liberado os montantes de R\$ 87.692.525 ocorrendo a supressão automática do saldo. Sobre a dívida incidirá a TFC – Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais apurados mensalmente, por rata die, calculada e capitalizada no dia 15 de cada mês de acordo com fórmula determinada em contrato. O TFC é composto pelo Fator de Atualização Monetária - FAM e Componente Prefixado da TFC de 0,012504 para pagamentos realizados até o vencimento (com bônus de adimplência) ou de 0,014710 para pagamentos realizados após o prazo de vencimento.

## ETEPA – Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os encargos serão calculados de acordo com a metodologia estabelecida no Art. 1º-A da Lei nº 10.177/2001, de 12/01/2001, e regulamentada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.622/2018, de 02/01/2018 e suas alterações.

O empréstimo será amortizado em 210 parcelas mensais terminando em 15 de janeiro de 2040.

A fim de liberação dos montantes do contrato de financiamento, a Companhia contratou Fiança Bancária junto ao Banco Bradesco com prazo de pagamento em uma única parcela na data de 24/02/2021.

Instituição Financeira	Saldo em 01/01/2021 (Reapresentado)	Captações	Juros incorridos e despesas amortizadas	Liquidações	Saldo em 31/12/2021
Capital de Giro - Bradesco	9.837	-	115	(9.952)	-
FNO - Banco da Amazônia	-	87.692	447	-	88.139
	<u>-</u>	<u>87.692</u>	<u>562</u>	<u>(9.952)</u>	<u>88.139</u>

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2021 (Reapresentado)	Captações	Juros incorridos e despesas amortizadas	Liquidações	Saldo em 31/12/2022
Capital de Giro - Bradesco	-	-	-	-	-
FNO - Banco da Amazônia	88.139	-	(1.056)	-	87.083
	<u>88.139</u>	<u>-</u>	<u>(1.056)</u>	<u>-</u>	<u>87.083</u>

## 12. Impostos correntes a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
IR a pagar	7	3
CSLL	4	-
ISS	16	-
CSRF	9	-
INSS	24	60
FGTS	1	-
	<u>61</u>	<u>63</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**13. Tributos Diferidos**

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Reapresentado)
<b>Base de cálculo - inicial</b>		
Adições temporárias - Receita de ativo de contrato	50.980	110.423
<b>Base de cálculo - final</b>	<u>50.980</u>	<u>110.423</u>
<b>Passivo circulante</b>		
PIS diferido	79	-
COFINS diferido	363	-
IR Diferido	242	-
CS Diferida	131	-
	<u>815</u>	<u>-</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
PIS diferido	1.182	929
COFINS diferido	5.454	4.288
IR Diferido	3.636	2.858
CS Diferida	1.963	1.544
	<u>12.235</u>	<u>9.619</u>
<b>Resultado do exercício</b>		
PIS diferido	331	718
COFINS diferido	1.529	3.313
IR Diferido	1.020	2.208
CS Diferida	551	1.192
	<u>3.431</u>	<u>7.431</u>

**14. Patrimônio líquido**

**14.1. Capital social**

O capital social autorizado da Companhia em 2022 é de R\$ 40.000.000 representado por 40.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Composição do Capital Integralizado é como se segue:

	<u>31/12/2022</u>		
	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Valor</u>	<u>% Capital</u>
Acionistas			
Athivalog Logística Ltda	16.000.000	16.000	40
Disbenop Distribuidora de Bebidas Ltda	24.000.000	24.000	60
	<u>40.000.000</u>	<u>40.000</u>	<u>100</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31/12/2021		
	Quantidade de ações ordinárias	Valor	%
Acionistas			
Athivalog Logística Ltda	16.000.000	16.000	40
Disbenop Distribuidora de Bebidas Ltda	24.000.000	24.000	60
	<b>40.000.000</b>	<b>40.000</b>	<b>100</b>

**14.2. Adiantamento para futuros aumentos de capital**

	31/12/2022	31/12/2021
Athivalog Logística Ltda	8.846	2.251
Disbenop Distribuidora de Bebidas Ltda	21.751	8.220
	<b>30.597</b>	<b>10.471</b>

Os saldos de adiantamentos para futuro aumentos de capital serão capitalizados até 31 de dezembro de 2024.

**14.3. Destinação de lucros do exercício**

**As destinações foram calculadas da seguinte forma:**

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
<b>Lucro / Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>16.319</b>	<b>(82)</b>
(-) Reserva legal (5%) limitado a 20% do capital social	(816)	-
<b>Lucro após as destinações obrigatórias</b>	<b>15.503</b>	-
(-) Absorção de prejuízos exercícios anteriores	(369)	-
Distribuição de dividendos (25%)	(3.784)	-
<b>Lucro a realizar</b>	<b>11.350</b>	-

**a. Reserva de lucros**

**Reserva Legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária – AGO.

**Reserva de lucros a realizar:** Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não realizar a distribuição sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Essa reserva será utilizada para distribuir lucros quando a Companhia entrar em operação, ou seja, iniciar o recebimento da receita anual permitida (RAP).

**ETEPA – Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**15. Receita operacional líquida**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (Reapresentado)</u>
Receita de remuneração do ativo de contrato	21.720	9.939
Receita de construção	29.260	100.484
<b>Total de receita operacional bruta</b>	<b><u>50.980</u></b>	<b><u>110.423</u></b>
Deduções da receita operacional (-) PIS e COFINS diferido	(1.861)	(4.030)
<b>Total de deduções da receita</b>	<b><u>(1.861)</u></b>	<b><u>(4.030)</u></b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>49.119</u></b>	<b><u>106.393</u></b>

**16. Custos de construção e despesas gerais e administrativas**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (Reapresentado)</u>
<b>Gerais e Administrativas</b>		
Contribuição Associativa - O.N.S	(8)	-
Outros benefícios - Corrente	(25)	(729)
Serviços de terceiros	(125)	(133)
Aluguel em geral	(6)	(27)
Energia elétrica	-	(4)
Despesas bancária	-	(11)
Tributos e taxas diversas	(78)	(9)
	<b><u>(242)</u></b>	<b><u>(913)</u></b>
Custos de construção	(28.877)	(99.171)
	<b><u>(29.119)</u></b>	<b><u>(100.084)</u></b>

**17. Receitas (despesas) financeiras**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (Reapresentado)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimento de Aplicações Financeiras	-	-
Descontos Obtidos	4	-
	<b><u>4</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
IOF, comissões e taxas	(8)	(2.833)
Juros	-	(120)
Multas e acréscimos moratórios	(772)	(37)
Outras despesas financeiras	(1.334)	-
	<b><u>(2.114)</u></b>	<b><u>(2.990)</u></b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b><u>(2.110)</u></b>	<b><u>(2.990)</u></b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**18. Impostos de renda e contribuição social**

**18.1. Imposto de renda e contribuição social (resultado)**

	31/12/2022		31/12/2021 (Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas Financeiras	4	4	-	-
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Imposto Corrente no resultado	<b>1</b>	-	-	-

**18.2. Imposto de renda e contribuição social diferido (resultado)**

	31/12/2022		31/12/2021 (Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de remuneração do ativo de contrato	21.720	21.720	9.939	9.939
Receita de construção	29.260	29.260	100.484	100.484
Base de cálculo do imposto	<b>50.980</b>	<b>50.980</b>	<b>110.423</b>	<b>110.423</b>
Percentual de Presunção	8%	12%	8%	12%
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25,00%	9,00%	25,00%	9,00%
IRPJ e CSLL diferido no resultado	<b>1.020</b>	<b>551</b>	<b>2.208</b>	<b>1.193</b>

**19. Resultado por ação**

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	16.319	(82)
Quantidade de ações ordinárias	40.000	40.000
<b>Resultado por ação ordinária</b>	<b>0,4080</b>	<b>(0,0021)</b>

**20. Gestão de Riscos**

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

**a. Riscos de crédito**

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**b. Riscos operacionais**

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

**c. Riscos regulatórios**

A Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

**21. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

**22. Partes relacionadas**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

**23. Eventos Subsequentes**

**23.1. Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária**

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos Temas 881 – Recurso Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227, que tratam da manutenção dos efeitos de decisões transitadas em julgado.

Por unanimidade, os ministros fixaram a tese de que a eficácia de decisões transitadas em julgado em matéria tributária pode cessar se houver decisão superveniente do STF em controle de constitucionalidade difuso, com repercussão geral, ou concentrado (ações diretas). Nesses casos, os Fiscos poderiam, assim, cobrar dívidas tributárias que os contribuintes consideravam protegidas pelos efeitos da coisa julgada, mesmo sem a interposição de ação rescisória. O STF ainda deverá confirmar se modulará, ou não, os efeitos da sua própria decisão.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.